

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADES E CULTURA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PRESENTES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

DOI: 10.5281/zenodo.15243501

**Doutorandas em Educação:
Monyke Gomes da Costa Lucena**

Sanny da Silva Furtado Queiroz

Izabelle Leite Veras Silvana

Mara dos Santos Loiola Pinto

Veralúcia Pereira da Silva Nascimento

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar desafios e perspectivas sobre a Educação contemporânea, no contexto das diversidades e cultura. Para tanto, a metodologia adotada foi norteada pela pesquisa de revisão bibliográfica, com a coleta de dados na internet, livros, artigos e revistas especializadas. Os resultados apresentados revelaram que, o desafio inicial observado refere-se ao modelo de educação autoritária existente. As famílias, no contexto das práticas democráticas, podem ser vistas como suportes para a preparação de crianças mais críticas, mais questionadoras de estruturas opressivas, o que pode ter reflexo na formação de uma sociedade mais justa e participativa. Outro desafio notado diz respeito à necessidade de a educação valorizar cada vez mais a questão multicultural. Nesse sentido, cabe reconhecer as identidades de grupos que historicamente foram marginalizados, como a população negra e indígena. No âmbito das perspectivas, foram registradas ações de intervenção pedagógica realizadas na Escola Estadual Almino Afonso, na cidade de Martins/RN, quando foram realizadas algumas práticas pedagógicas direcionadas a uma reflexão sobre atitudes discriminatórias e preconceitos. Pôde-se perceber, com tais intervenções, que as práticas pedagógicas desenvolvidas ofereceram contributos para o aprendizado teórico e para mudanças de posturas dos alunos, envolvendo-os ativamente no processo de ensino-aprendizagem nas atividades aplicadas. Evidenciou-se, com isso, nesse estudo, a validade de uma educação não marcada pelo autoritarismo, caracterizada pela valorização das questões multiculturais, promotora, dentre outras práticas, de ações pedagógicas que fortaleçam a diversidade, a justiça social, a preparação de alunos mais críticos e socialmente mais atuantes.

Palavras-chave: Educação, Diversidades e Cultura. Educação não autoritária. Valorização do multiculturalismo. Práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo acadêmico apresenta uma abordagem sobre a “Educação, diversidades e cultura: desafios e perspectivas presentes na sociedade contemporânea brasileira”. Enfoque, bastante explorado em trabalhos científicos, que aponta, sobretudo, para uma discussão sobre os grupos que compõem tal diversidade e sua cultura e o tratamento oferecido na esfera da educação contemporânea, para o desenvolvimento de desempenhos educacionais.

Nesse sentido, deve-se levar em conta à necessidade de valorização não apenas das diferenças, mas também da construção de uma cultura inclusiva no ambiente escolar. Nesse

viés, tanto a educação, quanto a diversidade cultural estão muito associadas. Assim, é de fácil percepção que a diversidade cultural diz respeito a um conjunto de culturas existente no mundo, com isso, em meio a outras definições, a cultura significa o conjunto de costumes e tradições de um povo. Dessa forma, percebe-se que, no Brasil, a diversidade cultural se torna presente em vários aspectos da vida, dentre outros, como na culinária, na língua, na música e na dança.

Assim sendo, pode a escola desempenhar um papel de grande significância para a valorização da diversidade cultural, além de reconhecer e respeitar as diferenças, incentivar o acolhimento a outras realidades. Logo, a diversidade cultural não só pode ajudar a construir a identidade de um povo, o acolhimento a outras realidades, mas também pode contribuir para o sucesso escolar, tendo em mira o desenvolvimento de muitas competências.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e do Plano Nacional de Educação 2001-2010 - Lei nº 10.172/2001 ratificaram que tanto a educação de jovens e adultos, educação a distância e tecnologias educacionais, a educação tecnológica, quanto a formação profissional, a educação especial e a educação escolar indígena, como modalidade da educação básica, frente ao avanço das lutas sociais para uma educação voltada para todos, que respeite e reconheça a diversidade; trouxe ao campo da política educacional, sobremaneira, a partir dos anos 2000, a demanda por inserção, reconhecimento e inclusão das reivindicações educacionais de outros coletivos sociais, que ainda não foram devidamente incorporados no gozo do direito à educação (Gomes, 2008).

Vale registrar, mais uma vez, Gomes (2008), ao postular que “[...] em uma sociedade multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, não podemos mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e o tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes grupos sociais e étnico raciais”. (p. 70). Nesse sentido, para a autora, identificar a diversidade é somente um passo rumo a uma nova prática em sala de aula. Nesse aspecto, pergunta-se: como influenciar a prática diante de um agir preconceituoso não só por parte da escola, mas também do oprimido, que após séculos de opressão, continua se sentindo inferior? Foram dadas as condições a fim de que se libertassem da opressão? Frente ao exposto, a referida autora expressa que é a partir da exigência constante do reconhecimento da diferença que se parte para uma nova prática em sala de aula.

Acerca desse enfoque, verifica-se, também, que a importância da participação do professor é de grande urgência, tanto com ser pensante, quanto como atuante no âmbito da sala de aula. Assim, na medida em que ele faz parte da sociedade, possui todos os valores e os preconceitos dominantes, e mais ainda, esteve envolvido durante anos numa prática em que a

cultura dominante era o elemento que mediava a relação entre a escola e os alunos. Por conseguinte, o professor necessita refletir sobre uma prática, que o acompanhou, no decorrer de anos, e que agora se tornou obsoleta. O modo como cada um dos professores lida com essas mudanças deve ser diferente, vale ressaltar, que é na superação de antigas fórmulas que ele encontrará um novo caminho. (Pabis; Martins, 2014).

Considera-se, desse modo, que a relevância do tema escolhido, parte de um interesse maior em trazer aos professores, sobretudo da Educação Básica, uma explanação sobre questões emergentes, no mundo atual, em que se cogita e muito a necessidade de propostas que possam atender a grupos sociais excluídos dos seus direitos do acesso a uma educação condizente com suas condições e aptidões. Esse estudo, assim, representa, ao menos, uma provocação para uma postura reflexiva que, certamente, influenciará na prática docente de muitos desses educadores.

Nessa perspectiva, como objetivo geral foi apontado: Analisar desafios e perspectivas sobre a Educação contemporânea, no contexto das diversidades e cultura. No que tange aos objetivos específicos, foram delimitados: descrever, como entraves, o modelo da Educação autoritária, além da sua estrutura frente a desigualdades sociais; abordar sobre a real necessidade, na contemporaneidade, de se valorizar a questão multicultural; e destacar, como perspectivas, algumas ações de intervenção pedagógica realizadas no contexto escolar, como atividade local.

Quanto à Metodologia adotada, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, fazendo-se uso de uma leitura sistemática, com a produção de fichamentos, utilizando, para tanto, de livros, artigos, revistas especializadas, fontes eletrônicas que abordam o tema em pauta, buscando-se apresentar um embasamento aos conteúdos desse estudo.

2 ENFATIZANDO A EDUCAÇÃO, DIVERSIDADES E CULTURA

2.1 A Educação Autoritária, além da sua Estrutura frente a Desigualdades sociais

O paradigma da educação autoritária, caracterizado por uma abordagem centrada na imposição de regras e na obediência estrita, tem sido objeto de amplas discussões no campo da educação e das ciências sociais. A contribuição da família nesse contexto é fundamental, pois a dinâmica familiar muitas vezes define os princípios e valores que orientam as práticas educativas. Diversos autores abordaram essa temática sob perspectivas complementares.

Entre os autores que contribuíram para a compreensão da família como um fenômeno

histórico e cultural, destaca-se Lévi-Strauss (1976). Ele investigou as estruturas elementares do parentesco a partir do tabu do incesto e concluiu que este não deve ser confundido com uma mera elaboração cultural derivada de exigências biológicas. Pelo contrário, a proibição do incesto configura-se como a imposição de uma norma, sendo, portanto, uma construção social. Sua relevância na reflexão sobre a família está relacionada à desconstrução do mito natural da sexualidade, submetendo-a a regras e transformando-a em um instrumento para a criação de vínculos sociais.

Da Matta (1985), por sua vez, observa que, em cada tipo de família brasileira, é possível identificar um contraponto. Assim, para todo androcentrismo, pode haver uma matrifocalidade, característica mais comum em famílias de menor poder aquisitivo. Nesse contexto, tanto o homem quanto a mulher podem atuar como elementos centrais no espaço social ocupado pela família, desde que se reconheça o caráter profundamente hierárquico dessa sociedade.

Ainda segundo Da Matta (1985), em determinados contextos, a mulher englobaria o mundo social, enquanto, em outros, essa função seria desempenhada pelo homem. Ele argumenta que o universo doméstico, vinculado à casa, é tradicionalmente atribuído à mulher, enquanto o mundo exterior — relacionado à rua, à economia, à política e às formalidades — é identificado como masculino. A funcionalidade do sistema estaria na sua capacidade de operar com categorias englobadoras diversas, ajustando-se a diferentes situações e objetivos.

Pinheiro (2002) argumenta, por outro lado, que o paradigma autoritário nas famílias é perpetuado por meio de práticas como imposições rígidas, punições severas e a falta de diálogo. Essas práticas, herdadas culturalmente, contribuem para a formação de sujeitos acostumados à obediência cega e à reprodução de estruturas hierárquicas em diferentes esferas sociais. No entanto, ela propõe alternativas fundamentadas na educação participativa, onde o afeto e o respeito mútuo substituem o controle e a coerção.

A autora supracitada destaca que a transformação desse paradigma requer não apenas mudanças nas práticas familiares, mas também uma reavaliação cultural ampla, capaz de promover uma sociedade mais democrática e igualitária.

Dessa forma, evidencia que a contribuição da família no paradigma da educação autoritária é inegável, mas também é na família que reside o potencial para uma ruptura transformadora. Ao adotar práticas mais democráticas e horizontais, as famílias podem preparar crianças para se tornarem cidadãos críticos, capazes de questionar estruturas opressivas e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Essa transição, embora desafiadora, é essencial para superar os limites impostos por modelos educativos que privilegiam a

obediência em detrimento da liberdade e da consciência, favorecendo, dessa forma, a Educação, bem como as práticas das diversidades e cultura.

2.2 A educação e a real necessidade, no contexto da diversidade, de se valorizar a questão multicultural

A educação é um dos principais meios de transformação social e cultural, desempenhando um papel central na construção de sociedades mais inclusivas e igualitárias. No Brasil, um país de intensa diversidade cultural, a valorização da pluralidade é uma questão fundamental para a consolidação de uma educação que respeite as diferentes identidades e promova a convivência harmônica entre os diversos grupos que compõem o território nacional. Nesse contexto, a educação multicultural emerge como uma abordagem essencial, especialmente quando se considera a realidade da população negra e dos povos indígenas, que há séculos têm sido marginalizados e estigmatizados pela sociedade dominante.

A diversidade cultural é uma característica intrínseca da sociedade brasileira, com seus múltiplos grupos étnicos, linguísticos e religiosos. A educação multicultural, nesse sentido, é vista como um meio para superar as desigualdades históricas e sociais que marcam a vida das minorias, incluindo a população negra e os povos indígenas.

Nesse contexto, deve ser considerado o postulado por Banks (2007), ao proferir que educação multicultural é uma abordagem pedagógica que visa promover a inclusão, o respeito às diferenças culturais e a promoção da igualdade entre os diversos grupos sociais. A proposta de uma educação multicultural, assim, está ligada à concepção de que a escola deve ser um espaço de aprendizagem onde as identidades culturais dos estudantes sejam reconhecidas e respeitadas.

No Brasil, a Constituição de 1988, ao garantir os direitos dos povos indígenas, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 26, alicerçam a obrigatoriedade de se respeitar e valorizar a cultura indígena no currículo escolar. Esses marcos legais visam assegurar o direito à educação para os povos indígenas, de forma que respeite suas especificidades culturais, linguísticas e sociais, e, ao mesmo tempo, permita a esses grupos a integração ao contexto nacional.

A inclusão da cultura indígena na educação brasileira é um tema que vem ganhando destaque nas últimas décadas, embora a implementação dessa política ainda enfrente diversos desafios. A educação indígena, conforme destaca Arroyo (2000), deve ser entendida como um

processo que respeita e valoriza a cosmovisão indígena, suas práticas, sua língua e seus saberes, ao mesmo tempo que permite aos jovens indígenas o acesso aos conhecimentos acadêmicos.

A educação, nessa acepção, tem um papel fundamental na valorização e reconhecimento das culturas e identidades de grupos historicamente marginalizados, como a população negra. Ao integrar a questão multicultural nas práticas educacionais, é possível promover um ambiente de aprendizado mais inclusivo, que reconhece a importância da herança cultural afro-brasileira, da cultura indígena e suas contribuições para a formação da sociedade.

2.3 Educação e diversidade: ações de intervenção pedagógica realizadas no âmbito escolar, como atividade local

A educação é o ato de socializar com as novas gerações os conhecimentos historicamente produzidos, ela anda lado a lado com a história do desenvolvimento humano, seja do ponto de vista psíquico ou social. A educação é construída pelo mundo, mas também o constrói (Pinheiro, 2023).

Nessa perspectiva, o tema educação e diversidade tem ganhado cada vez mais importância nos espaços escolares, especialmente diante da necessidade de combater o racismo e promover uma sociedade antirracista. Nesse contexto, foi desenvolvida uma intervenção pedagógica na Escola Estadual Almino Afonso, na cidade de Martins/RN, onde abordou-se algumas leis racistas que marcaram a história do Brasil e propagandas publicitárias que reforçam estereótipos discriminatórios.

Inicialmente, realizou-se um levantamento histórico de leis que institucionalizaram práticas racistas no Brasil, como a Lei de 1837, que proibia negros de frequentarem escolas públicas, a Lei de Terras de 1850, que impedia a posse de terras por negros, e o Código Penal de 1890, que criminalizava práticas culturais, como a capoeira. Essas legislações foram contextualizadas em sala de aula, demonstrando como políticas públicas historicamente contribuíram para a exclusão da população negra.

Complementando, foram analisadas propagandas publicitárias que reforçam o racismo estrutural, entre os exemplos apresentados destacou-se a campanha da Caixa Econômica Federal, que retratou Machado de Assis, um homem negro, com características brancas, e peças publicitárias de uma pasta de dente e de um detergente, que explicitamente inferiorizavam a população negra. Essas análises ajudaram na compreensão de como os discursos publicitários contribuem para perpetuar preconceitos na sociedade.

Após essa base teórica e crítica, os estudantes foram incentivados a realizar produções artísticas que refletissem suas percepções sobre o racismo. A atividade culminou em apresentações teatrais, danças, cartazes e exposições criativas que abordavam os impactos do racismo e os envolveram ativamente no processo de ensino-aprendizagem.

A peça teatral, em especial, possibilitou que os estudantes percebessem situações de racismo que ocorriam em sala de aula, pois, como afirma Ribeiro (2019), que reconhecer o racismo é direcionar-se a melhor forma de combatê-lo. Nesse sentido, as danças destacaram a resistência cultural da população negra, valorizando ritmos e expressões afro-brasileiras. Assim, os cartazes produzidos foram expostos nas salas de aula, onde objetivou-se promover reflexões contínuas.

Essas intervenções demonstraram como atividades pedagógicas contextualizadas podem promover não apenas o aprendizado teórico, mas também a empatia e a mudança de atitudes. Ao compreender a realidade dos estudantes e estimular sua participação ativa, foi possível ampliar a compreensão sobre os desafios impostos pelo racismo estrutural e promover o compromisso com a luta por uma sociedade mais justa.

Assim, com o trabalho desenvolvido na escola supracitada, evidenciou-se o papel transformador da educação, especialmente quando pautada pela diversidade e pela inclusão. A esse respeito, vale explicitar que, no âmbito social, a Inclusão é concebida, conforme Mazzotta (2010, p. 79), como “concretização das melhores condições possíveis de comunicação e participação ativa, concretizando os ideais de justiça social”. Nesse aspecto, ações como essa reforçam a necessidade de abordar questões sociais urgentes no ambiente escolar, procurando formar cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de um futuro mais igualitário.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se, com a realização desse estudo, no contexto da Educação, Diversidades e Cultura, que desafios e perspectivas se fazem presentes na sociedade contemporânea brasileira. O primeiro desafio observado, no decorrer das análises do referencial teórico utilizado, diz respeito ao modelo de educação autoritária existente. Nesse viés, por se caracterizar como definidora de princípios e valores orientadores das práticas educativas, torna-se essencial considerar a contribuição familiar na educação. Assim, na inserção de práticas mais democráticas, as famílias podem ser vistas como suportes para a preparação de estudantes não somente mais críticos, mas também questionadores de estruturas opressivas, o que pode incidir

na formação de uma sociedade mais justa e participativa. Isso, sem dúvida, fortalece uma educação que atende às ações pedagógicas mais inovadoras e autônomas.

Outro desafio existente refere-se à necessidade de a educação valorizar cada vez mais a questão multicultural. As barreiras construídas pelos preconceitos e ações discriminatórias se tornam consistentes na sociedade atual. Nessa perspectiva, cabe à educação reconhecer as identidades de grupos que historicamente foram marginalizados, a exemplo tanto da população negra, quanto indígena. Assim, a integração do multiculturalismo nas práticas educacionais, requer a promoção de um ambiente de ensino-aprendizagem mais inclusivo, em que se possa considerar a importância, sobretudo, da herança cultural afro-brasileira e da cultura indígena, pondo em destaque contributos para a formação da sociedade.

Como perspectivas, foram registradas ações de intervenção pedagógica realizadas Escola Estadual Almino Afonso, na cidade de Martins/RN, quando foram apresentadas leis racistas que constam como registro histórico brasileiro e propagandas publicitárias que reforçam modelos discriminatórios. Como culminância, foram realizadas apresentações teatrais, danças, cartazes e exposições criativas que mostraram os impactos do racismo e envolveram os alunos ativamente no processo de ensino-aprendizagem. Pôde-se perceber, com tais intervenções, que as ações pedagógicas desenvolvidas ofereceram contributos tanto para o aprendizado teórico, quanto para mudanças de atitudes, refletindo nas posturas dos alunos.

Nessa acepção, notou-se que, com tais ações, tornou-se possível estimular a participação ativa desses estudantes, ampliar a compreensão acerca dos desafios construídos pelo racismo estrutural, além de oferecer uma reflexão sobre o compromisso e a luta por uma sociedade formada por cidadãos conscientes, comprometidos com a construção de um futuro mais igualitário, em que educação, diversidades e cultura estejam presentes.

Diante do exposto, percebeu-se, com este estudo, a relevância de se inserir, no espaço educativo, uma educação não marcada pelo autoritarismo, caracterizada pela valorização das questões multiculturais, promotora, dentre outras práticas, de ações pedagógicas que fortaleçam a diversidade, a justiça social, a preparação de alunos mais críticos e socialmente mais atuantes.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. (2000). **A educação dos povos indígenas: a construção de um modelo de ensino**. Revista Brasileira de Educação, 9(26), 85-98.
- BANKS, J. A. (2007). **Multicultural Education: Issues and Perspectives**. 6th ed. Hoboken: 375-387p
- ISSN: 3085-5578

Wiley.

DA MATTA, Roberto. **A Família Como Valor: Considerações Não Familiares Sobre a Família Brasileira**. Estudos Históricos: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, v. 2, n. 3, 1985.

GOMES, N. L. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10639/2003**. In: MOREIRA, A. F. E CANDAU, V. M.(org.) Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis, Vozes, 1976.

MAZZOTTA, Marcos José S. **Inclusão Escolar e Educação Especial: das Diretrizes à Realidade das Escolas**. In: MENDES, Enicéia G.; ALMEIDA, Maria Amelia (Orgs.). Das Margens ao Centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. 2. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 79-87.

PABIS, Nelsi Antonia; MARTINS, Mário de Souza. **Educação e diversidade cultural**. Unicentro, Copyright: ©, Unicentro, Paraná, 2014.

PINHEIRO, V. **O paradigma da educação autoritária: a contribuição da família**. Educação, Cultura e Sociedade Abordagens Críticas da Escola, 59, 2002.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=YL2xEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=antirracista&ots=QA3qTW72dV&sig=J9LJhic3aLgFNGoFOWjB2ef071Q#v=onepage&q=antirracista&f=false>. Acesso em 31 dez. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=J&oi=fnd&pg=PT6&dq=antirracista&ots=9q33vRjlvv&sig=VmnwiMtvYYoGoSxDrzgWjKFozwU#v=onepage&q=antirracista&f=false>. Acesso em 31 dez. 2024.